

### *2.3 Aspectos de Ordem Pessoal e Familiar - RICK*

O entrevistado nasceu no interior do Estado, residindo em pequena propriedade rural. Perdeu o pai aos 4 anos e passou os 2 anos seguintes, com a mãe, na casa de parentes, na grande Porto Alegre. A irmã, 8 anos mais velha, estudava em colégio interno. Nunca tiveram maior contato porque ela, ao sair da escola, foi ter vida independente da família.

O sujeito retornou para sua casa, aos 7 anos, assumindo o trabalho no minifúndio de subsistência e cuidando da mãe. Sempre foi voltado para o estudo apesar das enormes dificuldades e do pouco estímulo. Tinha pouco contato com crianças (só na escola), não tinha TV, água, luz ou acesso à informação de qualquer tipo.

Considera-se uma pessoa extremamente responsável, tímida, dedicada, com valores morais e éticos muito arraigados, carecendo de audácia e agressividade. Sente-se “**freado**” no relacionamento interpessoal que estabelece, é muito polido e “**não tem características urbanas**”, como capacidade para competir.

Aos 15 anos, transferiu-se para a casa dos tios, com maior contato social e “**ampliação de horizontes**”. Definiu, aí, as metas de ter casa e cursar Faculdade. Aos 16 anos, considerava-se o chefe da família, dirigindo tudo e mantendo a casa

apesar da mãe fazer alguns trabalhos. Trouxe **“um pedaço de uma casa velha”** do interior e construiu **“um barraquinho”** no fundo do terreno do tio.

Descreve a mãe como pessoa emocionalmente frágil e limitada, que depende totalmente dele, apesar de hoje ter uma pequena aposentadoria. Refere que **“sua parte”** ficou um tanto comprometida por ter empenhado esforço para manter a mãe, **“abreviando”** seus projetos. Na realidade, priorizou o trabalho como forma de alcançar segurança para si e para a mãe e, atualmente, questiona a escolha profissional, considerando-se **“de certa forma”** fracassado por não exercer atividade na área de formação. Tal atitude relaciona-se à necessidade de manter-se no emprego, com remuneração suficiente para manter a família em detrimento de realizar estágios ou ter colocação na sua área com menor salário. Hoje, avalia, **“ficou parado”** e está se questionando para voltar à qualificação, porém percebe-se uma pessoa com dificuldade para correr riscos. Sua principal prioridade é a aquisição da casa própria, vinculada à confirmação de estar bem e ter valor.

A vida afetiva sempre foi colocada em segundo plano por considerar que precisa ter condições materiais para ter uma vida conjugal. Também utiliza o trabalho para **“aplar”** o sofrimento provocado por **“desilusão afetiva”**. Não encontrava, também, recursos para o lazer e atividades sociais enquanto priorizava uma poupança para assegurar-se contra eventualidades e para adquirir casa própria de qualidade.

Nas relações afetivas que estabelece, percebe-se tolerante e persistente mesmo quando **“a relação está falida”**. Tem **“dificuldade de rompimento”** por

fidelidade e por se apegar com facilidade quando é tocado por alguém que se aproxima de seu “**mundo fechadinho**”. Tais fatos causam-lhe sofrimento nos relacionamentos, pois também tem dificuldade em posicionar-se, dando limites aos outros. Acha que tende a ter “**relações complicadas**”, longas, com pessoas maduras e com filhos. Acredita que é responsável, em parte, pelos seus insucessos afetivos por priorizar o trabalho, descuidando-se da outra pessoa.

O entrevistado diz ter um círculo social muito pequeno, restrito ao familiar e a alguns colegas de trabalho. Julga-se uma pessoa reclusa, mas quem o conhece bem manteve “**uma relação normal**” com ele nesse período de desemprego. A irmã, com quem tem maior distanciamento, a qual teve uma história de vida difícil, é citada como alguém preocupado com a situação dele. A namorada e a mãe apoiaram sua saída da empresa.

Considera que, em algumas áreas, por exemplo o trabalho, sua experiência é de 80 anos e, em outras, é “**um zero**”, como na dimensão afetiva.

As privações de estímulos na infância “**devem ter**”, segundo ele, sido decisivos em seu modo de ser. Tem dificuldades com imagens e sons mas desenvolveu a intuição no contato com a natureza. “**Em compensação**”, em determinação, instinto de sobrevivência, tolerância e capacidade de adaptação “**leva vantagem**” de não se desesperar e de se conformar, embora tenha sonhos e ambições. Se, em dado momento, tem pouco, é capaz de viver assim, “**sem se destruir**”. Isso diz respeito ao fato de “**ter surgido do nada praticamente e ter vindo à tona no meio da miséria absoluta**”. Nesse sentido, percebe-se vitorioso.

Por ser retraído, as dificuldades de relacionamento são atribuídas à herança genética, mas também à falta de convivência social. Criou-se bastante solitário, com precárias referências para identificar-se.

Salienta, por outro lado, como aspecto negativo, seu conformismo, pouca ambição e pouca agressividade na carreira, não ser empreendedor, mas sonhar e esperar que alguém faça o gerenciamento ou assessoramento profissional.

Difere da imagem que tem sobre o pai (alguém empreendedor) e identifica-se “**por herança**”, por convivência ou ambos, com o lado melancólico da mãe. Hoje percebe-se distante das expectativas maternas em relação a si mas isto não diminui sua importância frente a ela.

#### *2.4 Trabalho e Formação Profissional – ATENA*

A entrevistada começou a trabalhar ao 16 anos, durante o curso de magistério, na função de professora, em uma escola para crianças excepcionais. Não tinha qualificação formal mas “**muito amor**”, boa vontade e idealismo, e ali permaneceu 5 anos. Aprimorou-se para o desempenho da função no próprio emprego, através da Diretora da escola que ministrava treinamento.

A primeira experiência já aliava aspectos de frustração e satisfação. As frustrações diziam respeito às limitações dos alunos que exigiam sempre uma

retomada, pois aos avanços seguiam-se retrocessos: A gratificação decorria da crença de estar “**fazendo um bem para as crianças**”. Havia um intenso envolvimento emocional com a tarefa: o trabalho era realizado com amor e vontade. A entrevistada nem menciona o retorno financeiro, tal a secundariedade do mesmo. A gratificação vincula-se ao fato de ser capaz de ajudar ensinando.

A formação universitária ocorreu paralelamente a esse emprego. O curso almejado (Psicologia) tornou-se inacessível por ser exclusivo do ensino particular, em horário incompatível com o trabalho. O sujeito optou por Pedagogia, com especialização em Orientação Educacional.

Durante a formação acadêmica, foi aprovada em concurso público e nomeada professora estadual. Nesse período, desligou-se da escola de excepcionais e começou a trabalhar como professora primária. Permaneceu vinculada ao Estado por 25 anos, até aposentar-se.

Enquanto fazia o curso de especialização em Orientação Educacional foi chamada para exercer essa função em escola particular. Passou a conciliar esse trabalho com a atividade em escola estadual e as aulas da especialização. Mais tarde, a fim de ascender no plano de carreira do magistério, fez curso de Pós-graduação.

Após 2 anos, pediu demissão da escola particular e foi trabalhar em outra escola que atende alunos de classe social mais elevada, licenciando-se por 2 anos do emprego público para dedicar-se à atividade na escola particular. Afirma que essa

experiência, pelas características dos alunos e familiares, foi peculiar. Sua experiência pessoal, como aluna, fora sempre em escolas públicas onde o professor era muito respeitado pelos pais. Nessa outra experiência, lidava com conflitos entre professores e pais que tomavam os profissionais por “**seus empregados**”, uma vez que pagavam pelo ensino dos filhos. Entretanto, o trabalho agradava-lhe, de modo que afirma ter “**saído com dor**” quando, ao esgotar-se o prazo de sua licença, pediu demissão, optando por voltar ao emprego público que lhe oferecia melhor remuneração. Passou, então, a trabalhar apenas um turno, dedicando o restante do tempo às atividades familiares.

A entrevistada diz que exerceu a função de O.E. de uma escola estadual durante 10 anos, e avalia muito bom esse período de sua carreira. A equipe de professores era excelente, todos “**pegavam juntos**”, as pessoas tinham vínculos que facilitavam a integração, o ambiente era de muito estudo e o planejamento era partilhado. A saída dessa escola ocorreu a seu pedido, em função das saídas de colegas por aposentadoria ou mudança de moradia e conseqüente transferência. Parece que a satisfação em trabalhar naquele local era dependente de determinada equipe que se constituiu por alguns anos e depois se desfaz por motivos particulares. A gratificação com a atividade-fim da educação não é referida com destaque, embora fique clara, ao longo do relato, a identificação do sujeito com a profissão.

Ao sair da antiga escola estadual, transferiu-se para outra, desempenhando suas funções em escola anexa àquela de sua lotação. Inicialmente, esse anexo era

uma “**escola de estagiárias**”, onde só o corpo técnico era efetivo. Lá, a entrevistada permaneceu por 10 anos, saindo por aposentadoria. Afirma ter adorado trabalhar lá. Era uma escola de crianças muito pobres, com muitas dificuldades e muito discriminadas pela escola principal. O tratamento dispensado aos alunos era de menor qualidade: não tinham acesso aos recursos psicopedagógicos disponíveis aos demais alunos da escola principal. Tal situação passou a ser objeto de esforço da entrevistada que “**pegou aquilo como meta**”. Mesmo à custa de atritos com colegas, conseguiu, através de “**uma luta muito grande**”, que os alunos do anexo, que mais precisavam de ajuda pelo alto grau de repetência, tivessem acesso aos atendimentos necessários à superação de suas dificuldades. Mais uma vez, as relações de aliança com outros profissionais do local e a obtenção de êxito em seu propósito de ajudar aparecem como fatores de satisfação no trabalho.

Quanto a esse período, revela sentimentos ambivalentes: queria aposentar-se pelo cansaço de estar trabalhando novamente em duas escolas, além de atender a família, mas era um trabalho que “**amava fazer**”. Acabou saindo e a escola não teve mais orientadora educacional, até fechar, 3 ou 4 anos mais tarde.

Dois anos antes de aposentar-se do serviço público, iniciou o trabalho em outra escola particular. Essa experiência, inicialmente, foi difícil em função do grupo de professores, com o qual trabalhava, ser antigo, coeso e resistente à intervenção da orientadora educacional. Refere ter sido “**um choque**” tal hostilidade, pois sempre fora bem recebida e considerada uma profissional de ajuda, o que a levou a buscar uma assessoria com psicólogo para melhor conduzir-se

diante daquele situação de rechaço. Com os demais colegas, a interação era considerada muito boa.

A atividade profissional, de modo geral, é vista como “**uma vitória**” alcançada com luta, sem maior incentivo da família de origem. As metas que ia se impondo, ao longo da carreira, foram motivo de gratificação por terem sido alcançadas à custa de empenho pessoal.

O trabalho, além da gratificação com a tarefa em si - trouxe-lhe retorno financeiro e lhe possibilitou viagens ao exterior e um apartamento na Serra, que hoje usufrui - também é visto como algo que a “**fez crescer**”, à medida que foi desafiada a melhorar-se, aprendendo coisas novas. O exercício profissional levou-a a procurar cursos, seminários, congressos, palestras, tudo o que a auxiliasse a melhorar seu desempenho. O fato de ser trabalhadora é, para a entrevistada, algo que favorece o crescimento pessoal e influencia em outros papéis desempenhados como, por exemplo, o materno.

### *2.5 Desemprego e Perspectivas - ATENA*

A entrevistada refere que sempre havia deixado os empregos por iniciativa própria, até ser demitida na última escola.

O desemprego, enquanto possibilidade começou a ser percebido por ela, juntamente com a equipe de trabalho, a partir da troca da direção administrativa da escola. A nova diretora fez várias reuniões e pronunciamentos em que informava ser aquela escola responsável por manter outras instituições vinculadas à mesma ordem religiosa, que são deficitárias. Com a diminuição do número de alunos, em razão da conjuntura sócio-econômica vigente, o lucro esperado não estava se efetivando e era necessário reduzir custos. Os profissionais da escola ficaram apreensivos, especialmente aqueles vinculados aos serviços que poderiam ser o alvo na redução do quadro.

A entrevistada sentia-se mais vulnerável por ser a última contratada da equipe. Acreditava que o pessoal com mais tempo na instituição teria prioridade para permanecer.

Chama a atenção o fato de que, apesar dessa situação de insegurança perdurar por alguns meses, e de a entrevistada colocar-se perante as colegas como “**alvo mais provável**” em caso de redução de pessoal, a concretização da demissão foi sentida como “um choque” e uma “**traição**”. Tais sentimentos são atribuídos ao

fato de nunca ter sido criticado nenhum aspecto de seu trabalho, o que impossibilitou-lhe estar “**mais preparada**” para esta eventualidade.

De alguma forma, o reconhecimento de que o seu trabalho tinha qualidade parecia resguardar a profissional do risco de demissão. Sob este enfoque, a situação estrutural passa a se desconsiderada como possível determinante de seu desligamento da escola, mas, ao receber a notícia do seu desligamento, questionou sobre causas e possíveis erros que pudesse ter cometido. A diretora atribuiu toda a responsabilidade da demissão à necessidade de reduzir custos, justificando a escolha pelo tempo de serviço. Apesar disso, a entrevistada considera insuficiente a justificativa, pelo seu envolvimento com a atividade (em horário extra, por iniciativa própria) e empenho.

Entretanto, surgem sentimentos ambivalentes: a vontade de ter mais tempo para si e para outras atividades, mas “**sem coragem**” de realizar tal desejo pela ligação com a equipe. Aliado a isso, há a importância do retorno financeiro do trabalho como forma de independizar-se, realizando aspirações, e o temor de enfrentar o marido que desaprova a falta de trabalho. Refere uma “**sensação de alívio**” por alguém ter tomado a difícil decisão por ela, concomitante ao sentimento de “**chateação**” por estar sendo “**posta de lado**” ou então “**o trabalho não era tão bom como pensava**”.

Os motivos alegados no momento da demissão não são aceitos pela entrevistada como verdadeiros. A profissional procurou em sua história na instituição as reais causas de sua dispensa. Levantou o fato de enfrentar a diretora

pedagógica, contestando suas posições como um agravante, pois tratava-se de pessoa insegura que necessita da concordância de todos com seus pontos de vista. Além disso, houve uma situação de indisposição com uma mãe, amiga desta diretora, ao tratar com a mesma o uso de drogas por parte da filha. Esse tipo de caso com pais que “**sentiram-se ofendidos**” por terem sido chamados na escola já havia ocorrido em outras duas ocasiões. Acha que a diretora estava sendo pressionada para “**mandar gente embora**” mas, “**entre as pessoas que poderia mandar**”, escolheu a que mais incomodava. Critica, também, à forma com que foi efetivado o desligamento: no dia 29/12, ao final do expediente, dizendo-lhe que não precisaria mais vir no último dia antes das férias.

Há uma tendência da entrevistada em culpar-se pelo desemprego, independente dos fatores estruturais ou das alegações da própria instituição. No momento da comunicação da demissão é a própria entrevistada quem solicita à diretora que esclareça possíveis erros seus.

O fato de ter sido, pela primeira vez, “**posta para fora**” de algum lugar de trabalho ainda interfere na vida atual da entrevistada: evita passar na frente da escola porque os professores não foram informados sobre sua saída e “**podem fantasiar**” que tenha saído por desonestidade ou outro “**erro**”. Só as pessoas mais íntimas souberam de que modo ocorreu o desligamento; os demais foram informados de que “**resolveu parar de trabalhar**”, a fim de preservar sua imagem. Não se verificou qualquer movimento da entrevistada para buscar outro emprego,

pois seria “**posta para fora**” pela primeira e pela última vez, e não parece disposta a “**correr este risco**”.

Todavia, “**estar em casa**” também tem sido motivo de satisfação por poder fazer coisas que lhe agradam e eram impossíveis: ver TV à tarde, sair, ir ao cinema ou lancha com uma amiga. Eram “**sonhos**” que agora podem ser realizados.

Desse modo, a entrevistada ainda se considera uma trabalhadora, mas não profissionalmente. Acha importante uma remuneração mas também é necessário ter algo que desafie a pessoa como o atual trabalho voluntário que realiza. Foi convidada a dar aulas na escola de um Centro Espírita. É uma atividade que gosta de realizar e faz parte de uma equipe muito boa que está sempre estudando, se atualizando, planejando em conjunto, como ocorria nas escolas onde trabalhou. Dar aulas é uma atividade que gosta de fazer e é algo que a desafia. Além dessa atividade, tem outra, um grupo de estudos, no mesmo local, e, semanalmente, trabalha em um grupo de voluntários que distribui comida para moradores de rua, que também a gratifica. São três atividades semanais que exigem compromisso e observação de horário. São desafiadoras e não impedem que tenha o restante do tempo da semana para si, períodos em que pode fazer o que quiser. Assim, a entrevistada considera sua vida “**preenchida**”.

Ao avaliar a repercussão pessoal da sua experiência do desemprego, afirma que isso a ajudou a aceitar fatos que não pode modificar, contra os quais não adianta lutar.

Aqui, o desemprego involuntário encerrou uma carreira que não tinha data de término, pois sempre que a entrevistada pensava em parar, achava que poderia continuar contribuindo e usufruindo da situação, “**empurrando com a barriga**” o prazo que, inicialmente, delimitou como meta de ocupação profissional.

## *2.6 Aspectos de Ordem Pessoal e Familiar - ATENA*

A entrevistada mora em Porto Alegre desde um mês de idade. Residia com a família de origem até casar-se e constituir núcleo familiar próprio. O pai era militar e estava em final de carreira quando ela nasceu. A mãe ocupava-se das lidas domésticas. Os pais eram considerados “**mais velhos do que era o normal naquela época**”. Mais moça de uma prole de três, tinha um irmão e uma irmã. Era “**um relacionamento tranquilo**” com os pais já maduros. Destaca que, apesar do pai ter se aposentado quando ela tinha 6 anos, ele saía bastante, tendo uma série de atividades.

As expectativas dos pais em relação ao futuro profissional dos filhos era diversa para homem e mulheres: o irmão era estimulado a estudar para que cursasse uma faculdade; para as mulheres “**ser professora já era o suficiente**”. Tal posicionamento implicava não se dispor a custear estudos de nível universitário.

A entrevistada optou pelo curso de graduação disponível no ensino público e compatível com seu horário de trabalho que lhe possibilitava manter alguma independência. Diz que **“foi uma batalha”** fazer vestibular e o curso aliando trabalho e estudo. Era uma aspiração sua, pois pretendia ser **“uma professora graduada”**, caso optasse por essa profissão.

Ao formar-se, casou-se e teve três filhos. O esposo é descrito como pessoa **“viciada em trabalho”** que acha desnecessário viajar ou tirar férias. Ele só tirou férias para fazer a lua-de-mel e, mesmo convidado, não a acompanhou em suas viagens ao exterior. Refere que, apesar da vontade de parar de trabalhar, tinha receio de tomar essa decisão, temendo a crítica do esposo que podia chamá-la **“de preguiçosa”** por ainda ter condições de trabalhar e não fazê-lo. No caso do desemprego involuntário, ele **“não pode se opor”** e aceitou. Isso ela **“agradece à demissão”**. Acha que **“foi ajudada a tomar esta decisão”**, ainda que não tenha decidido nada. Sente-se partícipe, provavelmente, pelo seu desejo de parar de trabalhar.

Os filhos trabalham e estudam. A filha mais velha cursa Engenharia e faz estágio em um laboratório da Universidade; a outra, cursa Publicidade e trabalha em empresa de computação gráfica, e o filho cursa informática e trabalha em empresa dessa área. Destaca que o fato de ter trabalhado como orientadora educacional a ajudou a se relacionar melhor com os filhos, nas diversas etapas do desenvolvimento. Além disso, eles e o marido admiram-na por conseguir as coisas, por ser tão lutadora e responsável. Quando perdeu o emprego, apesar de todos terem

ficado chocados, sentiu-se muito “**consolada**” porque disseram que agora ela podia fazer coisas que “**sempre quis**”, o que lhe “**facilitou muito**” a aceitação.

Acredita que o fato de ter trabalhado e se qualificado influenciou a irmã que, anteriormente, não valorizava a formação universitária e, após, cursou a Faculdade. Os pais, falecidos logo após o casamento da entrevistada, tinham orgulho de que ela tivesse uma carreira bem maior do que aquela de “**professorinha primária**” que eles almejavam.

Os vínculos estabelecidos com colegas, nos diversos locais de trabalho, são valorizados como elementos constituintes de sua vida profissional e pessoal.

### **3 DISCUTINDO TRABALHO E DESEMPREGO: UM MOVIMENTO DIALÉTICO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE**

Neste capítulo, discutirei, à luz da teoria, o material empírico evidenciado nas narrativas dos dois sujeitos desta pesquisa. Em uma categoria mais totalizante – trabalho e desemprego – tratarei dessa questão com um olhar que integre facetas de uma mesma realidade: trabalho, ocupação, emprego; formação profissional; aspectos de ordem pessoal e familiar; desemprego, implicações e perspectivas de superação da situação.

A partir dos resultados anteriormente apresentados em categorias, analisei as implicações do trabalho e da formação profissional na vida dos sujeitos, também em categorias, mais sintéticas, considerando suas falas. Ainda que o foco deste estudo seja o desemprego, não foi possível ignorar a relevância dada pelos entrevistados ao trabalho em suas vidas. Verbalizando suas histórias pessoais, o trabalho e a formação profissional ocupam lugar de destaque e as referências ao desemprego partem do emprego. Desde a primeira análise dos dados coletados ficou evidente a necessidade de abordar o desemprego, partindo-se de seu contraponto: o emprego e o trabalho. Nos casos enfocados, o trabalho confunde-se com o emprego em vários momentos, mas não se restringe a ele, como será explicado adiante.

Um dos sujeitos da pesquisa inicia seu relato informando ter começado a trabalhar aos 7 anos de idade, em atividades agrícolas. Não era um emprego, pois não tinha vínculo empregatício, mas era um trabalho que implicava responsabilidades com as tarefas, ligava-se a significações concretas, como a sobrevivência material - agricultura de subsistência, com produção, basicamente, para o consumo próprio. E o trabalho, para esse sujeito, conforme relata, é uma necessidade, um **"instinto de sobrevivência"**, **"conseqüência natural"** de seu modo de vida.

**Aprendi aos 7, 8 anos de idade... já tive que assumir responsabilidades que até então naturais mas que me foram impostas porque a minha mãe é uma pessoa limitada, de formação muito limitada"**

e, ainda:

**"(...) olhando, hoje, a gente vivia em estado precário, a princípio, e as pessoas, algumas que viviam lá era em estado precário, quer dizer o dinheiro é uma coisa... o que atenua um pouquinho isso é que se tem o seu prato de feijão, se come arroz, tem uma fruta então, tem o leite..."**  
(Rick).

As falas desse trabalhador revelam sua peculiar forma de ver a realidade que é marcada por uma ideologia. O modo como refere o trabalho **"conseqüência natural"** é impregnado de uma visão ideológica que considera trabalho um valor. Ideologia é entendida, aqui, como processo, através do qual as idéias da classe dominante se tornam idéias de todas as classes sociais na forma de idéias *dominantes* (Chauí, 1986). A noção de trabalho necessário em razão da condição familiar – órfão de pai desde os quatro anos, contando somente com a mãe descrita como extremamente limitada – é prontamente encarado como uma **"imposição"** da

vida. Trabalhar, na infância, não é avaliado como inadequado; o trabalho ocorre “sem traumas”, pois o sujeito não tinha acesso a brinquedos, televisão, ou qualquer outra referência do que fosse infância, que pudesse fazer com que o fato de ter um “trabalho imposto” fosse motivo de algum conflito intrapessoal ou interpessoal. Esse posicionamento corrobora as colocações de Chauí (1986) sobre ideologia:

*“A ideologia consiste precisamente na transformação das idéias da classe dominante em idéias dominantes para a sociedade como um todo, de modo que a classe que domina no plano material (econômico, social e político) também domina no plano espiritual (das idéias)” (op. cit., p.94).*

Desse modo, a ideologia é um instrumento de dominação necessário à manutenção dos privilégios da classe dominante, a partir da divisão social do trabalho, presente na atual organização do trabalho, que separa os homens entre proprietários e não-proprietários. Não se trata de um processo subjetivo consciente, mas de um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário, vinculado à posição do sujeito nessa divisão. São idéias que pretendem “*explicar a realidade sem se perceber que são elas que precisam ser explicadas pela realidade*” (Chauí, 1986, p. 16).

Entretanto, ideologia não comporta apenas uma definição considerada a mais adequada. Há diferentes modos de conceituá-la, desde alguns mais *neutros* como “*processo material geral de produção de idéias, crenças e valores na vida social*”, assemelhando-se ao significado amplo do termo “cultura”, até uma outra possibilidade “*cuja ênfase recai sobre as crenças falsas ou ilusórias, considerando-*

as, porém, oriundas não dos interesses de uma classe dominante, mas da estrutura material do conjunto da sociedade” (Eagleton, 1997, p. 38 e 40).

Neste estudo, considereei a última definição referida por Eagleton (1997), consonante com Chauí (1986), para a análise das significações atribuídas pelos sujeitos tanto ao trabalho quanto ao desemprego.

O trabalho na infância não é contestado pelo sujeito, mas é visto como um valor, pois se o privou de experiências próprias dessa etapa evolutiva, deu-lhe subsídios para o enfrentamento da vida, em situação de vantagem em relação aos demais, como destaca:

**“... para algumas coisas eu tinha experiência de vida de, se pudesse numerar isso em anos - 80 anos - e para outras eu sou um zero. Aí cabe aquelas coisas, aquele desenvolvimento de criança, de adolescente, algumas coisas acho que eu não desenvolvi, eu não recebi estímulo...”(Rick)**

O sujeito não assume uma posição consciente; tem uma percepção de que a situação vivida é inexorável ou imposta por *leis naturais*. Não tem consciência de que a situação descrita é historicamente produzida, criada pelos sujeitos sociais (Libâneo, 1995). Contraditoriamente, apresenta, também, sentimento de perda relativo às etapas de infância e adolescência, pelo envolvimento precoce com o trabalho:

**“... o fato de eu ter perdido principalmente aqueles primeiros anos mais difíceis, aí eu não tinha realmente opção: eu não vivi nada a nível de... nada, nada mesmo! Era só trabalho e era trabalho por pura necessidade, era trabalhar a semana inteira, sábado e domingo em outros lugares (...) isso realmente é a parte ruim” (Rick).**

Em contraposição à história de Rick, na de Atena há referências a uma infância tranqüila, com boa estrutura familiar, sem evidência de problemas de subsistência material ou psicológica. É a terceira filha de um casal já maduro para os padrões da época. Há, também, uma definição clara de papéis familiares, em que o pai trabalhava e mantinha os demais membros da família, enquanto a mãe desempenhava as tarefas domésticas:

**“ ... aquelas coisas que as mães daquela época faziam: cozinhava, costurava, fazia doce”**(Atena).

Rick inicia sua narrativa tratando da produção da subsistência na interação com a natureza, “produzindo” a si mesmo com a transformação da natureza pelo trabalho. Ressalta que sua história, enquanto trabalhador, o fez homem “sem as características urbanas” que julga importantes para o sucesso na carreira: a agressividade necessária à competição. Atribui à formação e à procedência interiorana as características que identifica em si: extremamente responsável, dedicado, cordato, polido, imbuído de valores morais e éticos. Entretanto, assegura que **“... isso nunca me impediu de lutar, de... Eu não desisto, não é aquela coisa de desistir, de me encolher num cantinho. (...) Até porque senão eu não teria chegado onde cheguei”** (Rick)

De igual modo, avalia positivos os atributos construídos na vida, imbricados com o trabalho desde a infância, para a sua *sobrevivência psicológica* em momentos de crise:

**“Em compensação, determinação, o instinto de sobrevivência, a capacidade de se adaptar a dificuldade, isso, a tolerância, esse tipo de coisa eu acho que talvez eu tenha levado vantagem... eu surgido do nada praticamente, eu vim à tona no meio da quase miséria absoluta então isso me dá uma vantagem de não me desesperar, de me conformar um pouco apesar de ter sonhos, de ter ambição, mas se naquele momento eu tenho pouca coisa eu vivo com aquilo ali e aquilo não me destrói” (Rick).**

Surgiu aqui, como atribuição de características pessoais, a vivência de um trabalho precoce, isolado, diferente do modo industrial de produção, vital à sobrevivência material. Tomo a concepção de identidade, formulada por Ciampa (1987), para tratar dos aspectos citados pelo sujeito da pesquisa que se vê formado pelas experiências laborais. A construção da identidade do trabalhador foi forjada no trabalho, pois em cada momento da existência manifesta-se um aspecto dele como desdobramento das determinações a que está sujeito. Não podemos, desse modo, conceber alguém como portador de um único papel, mas como *representante* de si, com todas as determinações que o tornam uma pessoa concreta e,

*“desta forma, estabelece-se uma intrincada rede de representações que permeia todas as relações, onde cada identidade reflete outra identidade, desaparecendo qualquer possibilidade de se estabelecer um fundamento originário para cada uma delas” (Ciampa, 1984, p. 67).*

Tais *identidades* refletem a estrutura social ao mesmo tempo que a influenciam, conservando-a ou transformando-a. Assim, a identidade é tomada como um complexo processo de construção permanente, que ocorre na interação social, que não pode ser compreendido senão pela articulação entre igualdade e

diferença, subjetividade e objetividade. A construção identitária precisa ser compreendida enquanto processo ou metamorfose, pois a transformação individual ocorre enquanto transformação social (Ciampa, 1987).

Complementando essas colocações, Amaral (1997), sem pretender sintetizar conceito tão plurifacetado quanto o de identidade, destaca a importância de correlacioná-lo ao tempo e, por extensão, ao movimento. Trata-se de *“um fenômeno que dialeticamente inclui, no mínimo, tudo o que é atual e virtual, permanente e transitória, manifesto e latente”* (Amaral, op. cit., p. 106).

O trabalho, enquanto *locus* privilegiado de mediação do sujeito no campo social, não pode ser dissociado, pois é elemento constitutivo da identidade. Nesse primeiro contato com o mundo do trabalho - num modelo artesanal de produção, embora inserido numa sociedade capitalista -, Rick apresenta-o integrado com o resto da vida: não há separação entre local de moradia e de trabalho, entre dias de trabalho e de lazer, entre vida familiar e profissional. Aqui, o produtor ainda não está alienado do processo, dominando-o por inteiro. As dificuldades apontadas para a sobrevivência ocorrem por conta de necessidades da vida contemporânea - certo conforto, em oposição à vida “espartana” -, que não podem ser atendidas, visto que o retorno financeiro do excedente comercializado é muito pequeno. Trabalho não é, nessa condição, sinônimo de emprego.

Para Atena, entretanto, o trabalho-emprego surge desvinculado do atendimento de necessidades básicas. Começa a atividade profissional durante a

formação no ensino médio, por iniciativa própria, para a consecução da independência familiar:

**“comecei a trabalhar com 16 anos, eu era estudante de magistério quando surgiu a oportunidade de trabalhar numa escolinha para excepcionais ... eu não tinha o Curso, ainda, mas tinha muito amor, muito boa vontade” (Atena).**

O trabalho, aqui, aparece imbricado com a formação profissional, local de aquisição de conhecimento, uma vez que a entrevistada recebia treinamento específico para atuar na escola, através da Diretora. Aliada a essa função, de certo modo “complementar” ao curso de magistério, cumpria outra, relacionada aos valores familiares que revelavam uma discriminação de gênero evidente:

**“O meu irmão, eles davam mais força para trabalhar porque era o homem da casa, era o filho mais velho e era o homem. Então eles achavam assim, deram muita força para que ele fosse para uma faculdade e ele fez Engenharia e se saiu muito bem. Agora para nós mulheres eles achavam assim: que ser professora já era o suficiente” (Atena).**

Esse aspecto é tratado por Bruschini, Rosenberg, (1982) e Souza-Lobo, (1991) que examinaram as relações de gênero em seus aspectos ideológicos. As autoras buscam a origem da questão no início da civilização. A precariedade da vida naquela época, o fato de as mulheres passarem praticamente toda a vida entre a gravidez e o cuidado com os filhos pequenos limitava-lhes a mobilidade para a caça ou a coleta de frutos. Desse modo, permaneciam confinadas enquanto ao homem eram reservadas as tarefas mais ousadas — a caça e as guerras. Essas circunstâncias biológicas e sociais criaram a idéia de “superioridade natural” do homem sobre a mulher. À mulher foram designados afazeres domésticos que incluíam a educação;

ao homem competia assumir desafios “para além” do espaço doméstico. Estruturou-se um modo de pensar que discriminou a mulher por muitos séculos, em diversos setores. Trata-se de uma ideologia machista que procura manter a dominação do homem sobre a mulher. É uma visão da realidade de forma global, a partir de determinado interesse.

No caso em análise, o trabalho era condição fundamental para dar seqüência aos estudos de Atena, propiciando-lhe cursar a universidade, uma vez que os pais, por não valorizarem esse tipo de formação para a mulher, não lhe dariam suporte econômico para cursá-la. Essa postura precisa ser compreendida de acordo com o contexto social da época. Muitos progenitores de classe média tinham a expectativa de que, concluído o curso de Magistério, as filhas estariam aptas a ter emprego e renda, caso não casassem, visto ser essa sua “finalidade social”. Essa posição dos pais impediu Atena de cursar Psicologia, sua primeira escolha, pois o curso era oferecido, na ocasião, somente em universidade particular e em turnos alternados de aulas, o que inviabilizava à entrevistada aliar trabalho e estudo, que seria a única forma de, contrariando os pais, fazer este curso superior. Assim, optou por cursar Pedagogia, que julgava semelhante. A escolha pelo curso universitário disponível no ensino público foi um recurso para atender sua expectativa pessoal em relação à carreira.

**“... eu não queria ser só professora, eu queria... ou se fosse professora, eu queria ser professora graduada (...) então eu fiz o curso de Pedagogia trabalhando um turno e estudando no outro para ter o meu dinheirinho” (Atena).**

Logo após colar grau, ingressou em um curso de pós-graduação, a fim de especializar-se e exercer a função de Orientadora Educacional, o qual podia ser realizado concomitante com o trabalho. A questão da independência econômica, mais uma vez, aparece relacionada ao aprimoramento intelectual e realização de expectativas pessoais. Refere que o trabalho propiciou-lhe aquisições materiais e viagens de recreio que não fez com o esposo, pois ele não admite que alguém, podendo estar trabalhando, viaje.

Rick, ao contrário de Atena, começou a trabalhar em atividades que não exigiam escolaridade formal.

**“Eu tinha contato pequeno com uma escolinha municipal lá; eu caminhava 5 km e eu estudava lá meia hora e depois caminhava mais 5 km para voltar. Chegava em casa e ia fazer as lidas normais lá... de cabo de enxada...”(Rick)**

Nesse caso, a escolarização é um “acessório” ao desenvolvimento pessoal e não uma demanda do exercício profissional. Não há valorização maior ou estímulo à manutenção do estudo. Nas sociedades agrárias de pequeno porte, baseadas em relações de parentesco, *“a escrita e a escola não têm razão de ser: a produção e a reprodução das relações sociais prescindem de instituições educativas especializadas (...)”* (Petitat, 1994, p.194). Neste caso, o gosto pelo estudo formal é uma questão pessoal, presente à revelia de qualquer estímulo do ambiente familiar.

Atena, ao falar sobre a primeira experiência profissional, já explicita aspectos de satisfação e de frustração relacionados ao trabalho, numa relação de intenso envolvimento emocional com o que realizava.

**“ ... porque a gente cantava com eles, a gente dançava com eles, a gente contava historinha e eles saíam no final da manhã sabendo qual era a letra A, por exemplo, conhecendo o contorno da letra e o som que a letra fazia. Eles iam para casa às vezes num fim de semana sabendo e quando eles voltavam na segunda-feira eles não sabiam mais nada. Então era muito frustrante porque era sempre uma retomada, mas a gente fazia aquilo com tanto amor e acreditando que a gente estava fazendo um bem para eles que era muito gratificante, sabe?” (Atena).**

Esses sentimentos relacionam-se, em certa medida, ao que Dejours (1987 e 1994 a) refere ao abordar o trabalho como fator de saúde ou de adoecimento mental. Aqui, a satisfação decorre do trabalho criativo, em que o sujeito constrói e se constrói no que realiza; vincula-se ao prazer de uma atividade na qual possa imprimir sua marca, denotando particular autoria da obra. A frustração, entretanto, não advém do trabalho alienado e fragmentado que leva ao adoecimento mental. Ela relaciona-se às limitações da ação do educador que não controla o resultado de seu ato – ele é um produto que decorre dos investimentos de quem ensina e de quem aprende. A aprendizagem é, segundo Mosquera (1984), algo ativo, intencional e prático. Quando o objetivo não é alcançado são necessárias duas aprendizagens: um esforço renovado para superar o estado de frustração e a consecução da meta desejada, tal como ocorreu com Atena, pois ela refere uma constante retomada.

Para Rick, o trabalho aparece imbricado com todos os outros aspectos da vida, de modo ambivalente.

**“ o trabalho para mim... ele não é uma coisa ruim, eu até sinto prazer... o que ele me proporcionou, o que eu tenho hoje praticamente: o estudo, o nível de formação, o pouquinho que eu tenho... o trabalho me proporcionou” (Rick).**

Por outro lado, explicita perdas sofridas nas etapas de infância, adolescência e mesmo na vida adulta, quando o trabalho invade o espaço de lazer, das relações sociais e afetivas. O lazer é considerado uma atividade não-prioritária, por considerar que não tinha meios para tal, considerando que o trabalho e a poupança de seus rendimentos estavam em primeiro plano em sua vida:

**”O ruim ... disso é que talvez eu não esteja sabendo medir até que ponto eu devo trabalhar, até que ponto eu devo cuidar um pouquinho de mim, das pessoas que me cercam” e, ainda: “ ... a poupancinha aquela era prioridade... e aí prejudicava o lazer (...) Hoje eu não faço por economia, na época também fazia por economia” (Rick).**

Ao mesmo tempo, o envolvimento que o trabalho implica serve para encobrir frustrações de outras esferas da vida. Atribui culpa à excessiva valorização do trabalho para eventuais fracassos de relações afetivas.

**“... muitas vezes o fracasso até é por minha culpa no sentido de dar mais valor para o trabalho, dar mais valor para a poupança.” e, também:  
“... (quando) qualquer coisa no sentido emocional estava ruim, o trabalho acabava sendo meu refúgio. Não de uma forma doentia assim, mas eu conseguia, eu tinha uma desilusão afetiva... aí o que eu fazia, eu não me tocava...” (Rick)**

Atena, entretanto, explicita uma preocupação de que o trabalho não invada outras áreas da vida ou inviabilize seu desenvolvimento, realizando outros interesses — o aprimoramento cultural e a atenção à família.

**“E aí eu cheguei à conclusão de que a minha vida era só trabalhar! Eu cuidava da minha casa, do meu marido novo e tal. Mas eu não tinha tempo para mais nada, não estava me sobrando tempo para o lazer e até outras coisas até para me especializar. Então, eu acabei saindo do CD (colégio particular)” (Atena).**

O trabalho, nesse relato, é associado ao emprego, visto que os demais *trabalhos* feitos não são considerados trabalho e, portanto, não são passíveis de serem “deixados” como o trabalho na escola particular. Esse aspecto coincide com os trabalhos de Jacques (1993) e Hatzenberger (1995) quanto à associação estreita entre trabalho e o equivalente monetário que possibilita a sobrevivência do sujeito, enquanto outras atividades — as domésticas —, são consideradas não-trabalho. Tais evidências aparecem nas duas pesquisas citadas, em relação ao trabalho da mulher, pois o cuidado com os filhos e a casa, ao ausentar-se do trabalho profissional para acompanhar o esposo em curso no exterior, por exemplo, não são reputados trabalho. Os discursos femininos referem-se às atividades domésticas como trabalho, mas as atividades desempenhadas fora do lar, com remuneração, é que representam trabalho “mesmo” (Jacques, op. cit.).

Concomitante a essas especificidades relacionadas ao gênero dos entrevistados e às circunstâncias sociais de cada história de vida, há aspectos comuns: os sujeitos atribuem muitas de suas características às suas vivências enquanto trabalhadores, o que é evidenciado nos relatos:

**“Eu me considero uma pessoa extremamente responsável, dedicada, eu não tenho as características urbanas que eu julgava, que julgo importante ter, por isso, eu tive algumas dificuldades às vezes no relacionamento profissional, a questão da audácia, isso me falta um pouquinho (...) eu me sinto um pouco freado... no caso muito cordato, muito polido...”** (Rick).

Essas considerações são atribuídas às primeiras experiências enquanto criança e jovem trabalhador. De igual modo, Atena atribui ao fato de ser trabalhadora ter se qualificado para a luta através da persistência e do aperfeiçoamento pessoal: **“porque na medida em que a gente trabalha, a gente é desafiada a se melhorar e procurar coisas novas e a aprender coisas novas”** (Atena).

A atuação profissional de Atena foi motivo de admiração por parte dos filhos e, propiciou-lhe melhores condições de relacionar-se e comunicar-se com estes, quando eram adolescentes. É o pressuposto do *princípio educativo* (Gramsci, 1978), com a construção do sujeito através do trabalho, fator de mediação do processo educativo.

O significado do trabalho para os dois sujeitos aparece impregnado de aspectos das suas subjetividades próprias, consonante com a advertência de Codo et al (1993) quando afirma que *“qualquer que seja o modo de produção ou a tarefa, existe sempre uma transferência de subjetividade ao produto”* (op. cit. p. 189). Em condições gratificantes gostamos do produto realizado e, em condições de subjuço, imprimimos raiva ao que fazemos. Refere que, originalmente, havia fusão entre

afeto e trabalho, um metabolismo entre o homem e a natureza, pelo qual acontecia a aprendizagem necessária ao desenvolvimento das tarefas. Com o advento do capitalismo houve uma cisão entre o afeto e o trabalho, pois há evidente “(...)ruptura entre a produção da existência e a reprodução da vida” (Codo et al, 1993, p. 193). O afeto e o trabalho passam a se desenvolver em *locus* diversos — o lar e a fábrica. Ao alienar produtor e produto, o capitalismo transforma trabalhos portadores de subjetividades diferentes em iguais - mercadoria como outra qualquer - e impede a subjetivação do trabalhador no trabalho, ... *empurrando o ser subjetivo do homem para fora da fábrica, restrito ao lar*” (op. cit. p. 193). O trabalho, como valor de troca, significa quantidade de trabalho injetado na mercadoria. Como valor de uso, o trabalho tem uma dimensão conformadora da identidade afetiva e subjetiva.

De um ponto de vista genérico, o trabalho é sempre um exercício “metabólico” entre homem e meio, objetividade e subjetividade, realização do homem no mundo e de si mesmo no mundo. Do ponto de vista do trabalhador, o trabalho continua sendo portador da identidade, da percepção de si frente ao mundo. Dessa forma, “*a desafetivação impetrada pela lógica da acumulação não se dá sem luta; pelo contrário, instala-se no território do trabalho um enfrentamento de guerrilha, a busca de reafetivação também cotidiana*” (Codo et al, 1993, p. 194). As estratégias de resistência à impessoalidade do trabalho, passam pela comunicação informal, pela distribuição de marcas pessoais no ambiente físico, como quadros ou fotos, e do estreitamento das relações interpessoais, além da esfera profissional. O relato de Atena, que destaca o papel das relações interpessoais de

afinidade e amizade cultivadas nos locais de trabalho por onde passou, ilustram a constante busca de “reatetivar” o trabalho:

**“...é uma escola em que até hoje eu ainda reencontro pessoas que trabalhavam lá e que as pessoas ainda têm vínculo entre si, sabe? E todo mundo pegava junto, era muito bom, uma escola muito boa, realmente. Foi muito bom ter trabalhado lá e eu acabei saindo justamente por isso, porque as pessoas foram saindo e eu perdi o vínculo”.**

E, ao abordar suas atitudes no trabalho, diz:

**“...às vezes pegava as crianças e botava dentro do carro e levava para atendimento com o neurologista, para ter atendimento com psicopedagoga.”**

(Atena)

As “alianças” com outros profissionais da equipe e a obtenção de êxito em seus propósitos de auxílio aos alunos que assistia são destacados como fatores de intensa satisfação com o trabalho realizado.

Também o relato de Rick apresenta a possibilidade de o local de trabalho converter-se em espaço onde se articulam envolvimento afetivos, como ocorreu com ele na última empresa onde trabalhou:

**“com a pessoa que eu tenho um relacionamento hoje, que é uma pessoa madura também, que é por sinal uma pessoa que trabalha lá (empresa de onde saiu) até hoje...”(Rick)**

afinidade e amizade cultivadas nos locais de trabalho por onde passou, ilustram a constante busca de “reafetivar” o trabalho:

**“...é uma escola em que até hoje eu ainda reencontro pessoas que trabalhavam lá e que as pessoas ainda têm vínculo entre si, sabe? E todo mundo pegava junto, era muito bom, uma escola muito boa, realmente. Foi muito bom ter trabalhado lá e eu acabei saindo justamente por isso, porque as pessoas foram saindo e eu perdi o vínculo”.**

E, ao abordar suas atitudes no trabalho, diz:

**“...às vezes pegava as crianças e botava dentro do carro e levava para atendimento com o neurologista, para ter atendimento com psicopedagoga.”**

(Atena)

As “alianças” com outros profissionais da equipe e a obtenção de êxito em seus propósitos de auxílio aos alunos que assistia são destacados como fatores de intensa satisfação com o trabalho realizado.

Também o relato de Rick apresenta a possibilidade de o local de trabalho converter-se em espaço onde se articulam envolvimento afetivos, como ocorreu com ele na última empresa onde trabalhou:

**“com a pessoa que eu tenho um relacionamento hoje, que é uma pessoa madura também, que é por sinal uma pessoa que trabalha lá (empresa de onde saiu) até hoje...”(Rick)**

Um outro fator, para Rick, intimamente relacionado ao trabalho, foi a formação profissional. O “**alargamento de horizontes**” que lhe permitiu definir metas de formação universitária é atribuído à realidade de trabalho no meio social urbano. Entretanto, a concretização de seu intento dependeu das condições econômicas que alcançou por meio do trabalho. Afirma que sempre valorizou o estudo, ainda que não tivesse estímulo externo de espécie alguma. A aspiração à educação formal referida não chega a ser explicitada como forma de ascender socialmente, ainda que seja produto de “**novos horizontes**” vislumbrados. Tal aspiração relaciona-se ao paradigma funcionalista que se origina ao redor dos anos 60, a partir de estudos de professores da Faculdade de Ciências Econômicas de Chicago. A educação, nessa perspectiva, não é vista como consumo, mas como um investimento que traz dividendos aos indivíduos, pelos salários maiores e oportunidades melhores, e às sociedades, por ser fator de crescimento econômico. Esses defensores da Teoria do Capital Humano afirmam que o conhecimento profissional pode transformar-se em capital “por si e para si”, dando a falsa idéia de que o assalariado é um capitalista que investe em si próprio. Na realidade, “*seu conhecimento profissional somente se torna capital através do empregador, para quem o assalariado é uma fator de produção dentre outros(...)*” (Petitat, 1994, p. 217).

O entrevistado afirma, ainda, um “**prazer em trabalhar**” vinculado diretamente ao rendimento do seu trabalho, que ele considera um “**prêmio**”, relacionado à obtenção de recursos financeiros para concretizar suas aspirações - dar continuidade aos estudos e viver com mais conforto. Destaca, sobremaneira, a

vontade de “**morar bem**”, uma vez que incomodava-se por não ter morado como desejava. “**Morar bem**” é associado a “**estar bem**”, e que seja visível aos outros. O valor da moradia confunde-se com o próprio valor. Mesmo tendo conseguido uma habitação da qual não se envergonha mais, seu objetivo é adquirir casa própria de qualidade. Seu pensamento é consonante com o ideário popular da aquisição da casa, num país em que o *déficit* habitacional, nas classes populares, é concreto e significativo. Quaisquer outros investimentos em atividades de lazer ou realização de projetos na esfera afetiva só podem ser feitos, em sua ótica, depois de ter atingido a meta de “**morar bem**”.

Ao último emprego atribui a possibilidade de adquirir o que possui atualmente. Além disso, tratava-se de atividade criativa, capaz de proporcionar-lhe satisfação. Todavia, essa ocupação foi responsável por prejuízos na formação universitária, uma vez que os horários de trabalho eram incompatíveis com os da realização de estágios necessários à melhor qualificação profissional como Engenheiro Eletricista. Por não pretender, inicialmente, permanecer naquela empresa, não investiu na carreira, nem em atividades ligadas às funções que já vinha realizando, nem relacionadas ao curso que fizera. Quando decidiu mudar de posição, já haviam se passado muitos anos e não mais lhe foi possível construir uma imagem diferente:

**“... aquilo para mim foi só uma passagem e aí cometi um erro de estratégia, eu fiquei rotulado, eu criei uma imagem, eu era sempre muito competente no que eu fazia, mas não tinha nenhuma ambição, eu não almejava nada, não tinha um planejamento de uma carreira dentro da empresa e com isso eu fiquei rotulado (...) eu já estava rotulado e aí não decolou mais” (Rick).**

A história de Atena mostra uma realidade diferente, pois a atividade profissional significava “**uma vitória**” alcançada com luta, pela pouca valorização da qualificação universitária que havia na família de origem. Embora tenha passado por vários locais de trabalho, não refere tê-los encarado como “**uma passagem**”. Em todas as escolas investiu afeto, envolvendo-se com as atividades e as pessoas do local, procurando, constantemente, aprimoramento através da educação formal ou informal. Os sentimentos em relação às últimas funções – na escola estadual e na escola particular – eram ambivalentes. Por um lado, gostava muito das atividades desenvolvidas, mas sentia-se cansada pelo acúmulo de funções, além do atendimento à família. A decisão pela aposentadoria, em um dos cargos, trouxe-lhe alívio, mas, ao mesmo tempo, “**sentia muito aposentar-se**”; “**tinha muita pena**”. Esses sentimentos, aparentemente contraditórios, encontram consonância com o próprio significado do trabalho em nossa sociedade. A dimensão antropológica do trabalho como fator mediador e inerente à natureza humana, convive com as contradições dessa dimensão no modo de produção capitalista, no qual a alienação impede a plena realização das capacidades humanas (Marx, Engels, s.d., Codo, 1986). Desse modo, não é possibilitado à entrevistada uma só vivência de trabalho livre, de ação prazerosa, de apropriação e construção de conhecimentos num processo de humanização (Méda, 1995). O “**cansaço**” referido é produto da acumulação de funções e da alienação que o modo de produção abarca, no qual atender à família é mais uma tarefa, porém *separada* das demais, acarretando-lhe desgaste na tentativa de *aproximar* o que foi cindido.

As histórias dos dois entrevistados expressam muitas *singularidades* desses trabalhadores e, também, aspectos comuns em suas percepções a respeito da carreira. Os aspectos de ordem pessoal e familiar, assim como a formação profissional, não estão, neste estudo, descolados do trabalho. O princípio educativo do trabalho (Gramsci, 1978) apresenta-se à medida que os sujeitos aprendem nas mediações que estabelecem com o meio social. Tais aprendizagens encontram embasamento na atividade laboral e, ao mesmo tempo, possibilitam que o sujeito se construa na intermediação que realiza (Nosella, 1989).

Ao abordar a experiência de terem sido demitidos, os sujeitos revelam percepções, sentimentos e reações muito particulares e refletem seu modo de ser, construído nas mediações sociais, incluindo o trabalho e os empregos anteriores.

Rick refere duas distintas experiências de desemprego. A primeira ocorreu durante o período em que cursava a universidade e o abalou muito do ponto de vista emocional, já que possuía uma reserva financeira que lhe possibilitava certa tranquilidade em relação à sobrevivência material:

**“naquela época o estado emocional realmente decaiu (...) eu estava desesperado já nem tanto pelo rendimento, mas era por ter uma atividade... porque eu não estava conseguindo estudar... apesar de ter todo o tempo no momento e não ter uma necessidade assim real” (Rick).**

A fim de aproveitar o tempo disponível, matriculou-se em mais disciplinas do curso de Engenharia, mas não conseguiu aproveitamento naquele semestre e considerou ter “**fraquejado**” por não conseguir concentrar-se e “**estar implorando**

“ por uma atividade, mesmo que não tivesse remuneração, porque a interrupção da carreira de trabalhador era, para ele, **“violenta”**. Associa esse sofrimento ao **“sonho; a uma caminhada mais sólida, mais promissora”**, considerando ter **“tropeçado ou estar sendo derrubado”**.”

Há uma incerteza quanto à responsabilização pelo desemprego, ainda que exista referência nos relatos, à crise do sistema financeiro do Estado do Rio Grande do Sul, como desencadeante das dificuldades da empresa. A questão da *culpabilização* do sujeito pelo seu desemprego é recorrente, em todas as referências, à perda de emprego na presente pesquisa e está ligada à questão da ideologia. Como nos trabalhos de Neves et al.(1998), Chauí (1986) e Guareschi (1996) aqui a ideologia é tomada em seu sentido mais amplo, assumindo a dimensão de uma estratégia de ação, um modo de operação e de entendimento da realidade. No estudo de Neves et al. (op. cit.), realizado com uma categoria específica de trabalhadores - metalúrgicos -, as explicações mais significativas e freqüentes para o desemprego são: Governo, Falta de Qualificação, Características Pessoais, Idade Avançada e Automação. A única aproximação dessas categorias com as que encontrei na presente pesquisa, relaciona-se às características pessoais, especialmente à característica “ser político” como necessária para a manutenção do emprego, e que foi entendida, por um metalúrgico entrevistado, como uma habilidade de adaptação à política da empresa que garanta um “bom convívio” no local de trabalho. Todavia, essa característica é considerada necessária, mas não o suficiente para garantir emprego no mercado formal.

Atena, no seu relato sobre a demissão da última escola onde esteve, busca em si as causas “reais” para sua dispensa, mesmo que a empregadora tenha atribuído sua saída a outros fatos - situação financeira da instituição e o fato de ter sido ela a última pessoa contratada na equipe. No caso da entrevistada, não há o atendimento da característica “ser político” naquele sentido que o metalúrgico, ouvido por Neves et al. (1998), dá ao termo, pois não havia um “bom convívio” com a diretora pedagógica da escola onde Atena trabalhava. Ao contrário, havia o enfrentamento entre as duas, em situações de divergência de pensamento sobre algum tema, durante as reuniões. As explicações “exteriores” ao sujeito não justificam, suficientemente, o fato para o entrevistados desta pesquisa, havendo uma busca de explicações ligadas às suas atitudes no trabalho, como comprovam os relatos:

**“Eu acho assim: tinha que mandar alguém embora mesmo, ela estava sendo pressionada para mandar gente embora, mas aí entre as que ela poderia mandar ela escolheu aquela que mais a incomodava, eu acho”** (Atena).

O “incômodo” liga-se ao fato de contestar a diretora em reuniões, com posicionamentos contrários tanto em relação à diretora quanto aos interesses de pessoas relacionados a ela e que tinham filhos na escola. Embora “intelectualmente” tenha dito saber que, se tivessem que escolher alguém de sua equipe, ela sairia por ser a “mais nova” na escola, no momento do desligamento **“sentiu-se traída”**, porque a diretora não havia reclamado de seu trabalho antes, de modo que pudesse estar **“preparada”**. Para a entrevistada, a demissão significou que seu trabalho **“não era tão bom”** quanto julgava e considera inesperada a circunstância em que ocorre o desemprego, corroborando os achados de Hatzenberger (1995). É um fato que

causa perplexidade mesmo em situações *previsíveis* como nos casos da pesquisa aqui apresentada.

No caso de Rick, a segunda experiência de perda do emprego foi na última empresa onde trabalhou, com contrato formal, por aproximadamente quinze anos, de onde foi demitido por não aceitar a transferência para a sede da empresa, localizada no interior do Estado. Refere que o comentário da mudança da empresa para outra cidade era lugar-comum: “**era cíclico**”. Tanto que, oito anos antes, ele fora demitido formalmente, porém, havia continuado a trabalhar nessa empresa, informalmente, até refazer o contrato empregatício. Esse histórico parece explicar, de alguma forma, certo descrédito em relação às chances de perder o emprego. Nessa situação, há uma negação do risco de perda do emprego que pode ser uma estratégia defensiva para enfrentar o trabalho que, de outro modo, ficaria “contaminado” por sentimentos de insegurança, medo ou outros que lhe comprometessem a competência nas tarefas. Essas são estratégias análogas às que Dejours (1999) aponta em relação aos riscos no trabalho. Mesmo tendo sido demitido, o sujeito refere-se a este fato “entre aspas”, uma vez que não se transferiu por opção própria. Entretanto, apresenta uma situação quase “sem opção”, porque a empresa não lhe fez uma proposta que viabilizasse sua ida para o interior do Estado e também para administrar seus impedimentos de ordem pessoal e familiar. Não houve uma atitude da empresa que realmente lhe desse condições de transferir-se.

A vivência de desemprego suscita sentimentos de impotência individual, pois a pessoa sente-se vulnerável em face de uma realidade que o atinge naquilo que ele

é – sua identidade – visto que deixa de ser o trabalhador que se reconhece (Silva, 1986). O estudo de Hatzenberger (1995) corrobora essas constatações, além de evidenciar uma atitude de passividade da situação que está dada. A alienação que, inicialmente, dizia respeito ao trabalho passa a referir-se ao seu destino. Porém, no estudo de Hatzenberger (op. cit.) os sujeitos tenderam a privilegiar os aspectos “externos” envolvidos na demissão. Aqui, os sujeitos buscam em si mesmos explicações para seu desemprego.

A *Teoria da Atribuição Social* apresentada por Rodrigues (1988) estuda os motivos da atribuição de causalidade aos fatos, originada nos estudos de Fritz Heider que salienta a necessidade do ser humano de procurar explicações para os eventos que o rodeiam – situações impessoais e situações que envolvem relações interpessoais - a fim de tornar o mundo mais estável, previsível e controlável. A causalidade pessoal reside nas intenções da própria pessoa, enquanto a causalidade impessoal é decorrente das forças do ambiente. Em pesquisas acerca do desemprego - Neves et al ( 1998), Freitas (1997), Silva (1986) e Hatzenberger (1995) -, a atribuição de causalidade referente ao desemprego é bastante heterogênea, muitas das vezes mesclando, nos relatos, causalidade pessoal e impessoal. As explicações racionais ligadas ao atual estágio de desenvolvimento econômico e à organização do trabalho no modo capitalista de produção não impedem que o sujeito busque em si os motivos de sua demissão. Os sentimentos de autodepreciação referentes à percepção da desorganização interna, de solidão e “não-pertencimento” ao conjunto da sociedade, não reconhecendo a si e vendo-se como alguém que falhou na

realização de seu potencial, descritos por Hatzenberger (1995), não se evidenciam no atual estudo.

Na primeira experiência de desemprego, Rick explicita sensação de “**ter fraquejado**” ao não conseguir render nos estudos durante aquele período e considera a situação “**violenta**”, na qual o “**estado emocional decaiu**”, deixando-o “**desesperado**” por uma nova colocação profissional. A questão da agressão e da raiva, citados por Silva (1986) e corroborada por Hatzenberger (1995), como clara resposta psicológica à alienação e à frustração causadas pelo desemprego, surgiram, na presente pesquisa, de modo apenas subentendido, nos sentimentos de “**traição**” diante da situação “**chocante**” da concretização da demissão de Atena, o que não aparece, de qualquer modo, na narrativa de Rick. Todavia, as repercussões na vivência familiar, com a falta de apoio refletindo a falta de reconhecimento social de quem não trabalha, dentro de uma cultura do trabalho representada pela família, conforme Bianchi (1989) refere, não se confirmou. No caso da entrevistada, há um “**alívio**” por ter seu impasse entre aposentar-se ou não decidido por alguém “**de fora**” da situação. A ambivalência relativa ao seu futuro profissional é evidenciada pela vontade de parar de trabalhar, após 35 anos “**sempre dentro de escola**”, e o desejo de fazer coisas diferentes e ter mais tempo para si. Mas, além disso, há o sentimento de que ainda poderia ser útil na equipe que muito estimava. Aliado a esses fatos, verbaliza o temor da crítica do marido que, “**viciado em trabalho**”, poderia ter ficado “**chateado**” com ela, o que não ocorreu, porque agora ela “**não podia mais trabalhar**”. Os filhos, por outro lado, foram pontos de apoio e força por reconhecerem seu valor profissional.

Rick não refere quaisquer dificuldades de relacionamento com familiares ou amigos em razão do desemprego. A irmã, por ser pessoa mais distante e conhecê-lo menos, preocupa-se um pouco mais com sua situação. Verifica-se, no entanto, um questionamento quanto à escolha da área de formação e ao gerenciamento da carreira em uma empresa onde não há perspectivas de atuar no seu ramo: a engenharia elétrica.

As vivências de insegurança pela perda das rotinas diárias, os sentimentos de desconfiança e desproteção apresentados por Silva (1986) ao tratar da psicopatologia do desemprego, com adoecimento dos trabalhadores que foram demitidos, não são confirmados no presente estudo. É possível que tal fato esteja associado a um sentimento ambivalente relativo à perda de emprego, por parte dos dois sujeitos:

**“... tinha uma sensação de alívio por alguém ... por ter me ajudado a fazer aquilo que eu queria fazer há muito tempo... e não me animava a fazer, então ao mesmo tempo que eu me senti chateada por ter: ”pôxa vida, eu estou sendo posta de lado. O meu trabalho não era tão bom como eu pensava que era”, mas ao mesmo tempo uma sensação de alívio porque, finalmente, eu ia poder fazer as outras coisas que eu gostaria de fazer, poder sair da escola” (Atena).**

Essa fala, com redundâncias, ilustra a situação ambivalente da entrevistada e a idéia subjacente de que a qualidade do trabalho garantiria a estabilidade no emprego, o que não se verifica atualmente. O desemprego é um fenômeno mundial,

relacionado à organização do trabalho (Pastore, 1998), mas é tratado pela entrevistada fato individual, referente à competência do trabalhador.

Rick relata que, após a saída do último emprego, passou três meses descansando, sem procurar nova ocupação. Sentia-se esgotado pelo tempo de trabalho ininterrupto e necessitava cuidar de si, nos aspectos de saúde física e psicológica. Julga que o fato de manter-se “atrelado” à última empresa o impediu de construir uma carreira mais satisfatória em outro lugar, e atribui esse impedimento à própria acomodação. Assim, apresenta sentimentos de “incômodo” e “sofrimento” por ter as “**portas fechadas**” para a ascensão profissional. A possibilidade de rompimento com a empresa o angustiava, pois refere que uma de suas características pessoais é a dificuldade de romper vínculos, ilustrada na condução das relações afetivas.

Esse entrevistado não chegou a buscar novo emprego, mas foi procurado para trabalhar com ex-colegas que constituíram uma empresa, a fim de realizar trabalhos terceirizados para o último empregador. Há um ano e meio, mais ou menos, desenvolve atividade igual àquela desenvolvida quando era empregado dessa empresa, porém na modalidade de pagamento por tarefa, numa relação informal. É remunerado de acordo com as horas de trabalho despendidas, considera “**cômoda**” essa situação, embora o rendimento seja bem aquém do anterior, e a vê, mais uma vez, como uma “**passagem**”, porém teme que se perpetue como a anterior. A face positiva dessa condição profissional é a preservação da poupança, através da obtenção de recursos para manter-se, além da ocupação em si: gosta do

trabalho que faz. O desemprego, todavia, é visto como uma impossibilidade de concretizar seus mínimos sonhos. A terceirização, neste caso, é considerada negativa por ter sido “imposta”, como único meio de sobrevivência, aos sócios da empresa, os quais têm uma situação pior que a dele por terem encargos inerentes ao negócio e inexperiência administrativa para conduzi-lo.

Quanto às perspectivas futuras, refere ter objetivos, entre os quais ser aprovado em concurso público para emprego estável que lhe possibilite realizar outras coisas — um novo curso universitário ou uma especialização formal. Essas são perspectivas que coincidem com algumas das idéias apontadas no estudo de Hatzenberger (1995). A busca de uma colocação supostamente *estável* no serviço público é uma alternativa que pode ser implementada como forma de reverter o quadro de desemprego involuntário e de se resguardar de uma vivência de sofrimento, impedindo que volte a ocorrer. O retorno à escolaridade formal também foi referido por um dos sujeitos da pesquisa, citado como um modo de retomar antigas aspirações e interesses há muito abandonados.

Neste momento, julgo oportuno estender o princípio educativo do trabalho, concebido por Gramsci (1978), ao desemprego como possibilidade de construção de novos conhecimentos, por exemplo, sobreviver material e psicologicamente nessa circunstância. Ainda que não tenham voltado a empregar-se, os dois sujeitos têm ocupações. No caso de Rick, a ocupação proporciona-lhe retorno financeiro e é encarada como um trabalho. No caso de Atena, as várias atividades voluntárias, ligadas à educação e à assistência a moradores de rua, não são consideradas

trabalho. Essa posição é consonante com a visão do trabalho no sistema capitalista, o qual só é considerado produtivo “na medida em que produz capital, entra no circuito de produção de mercadorias, realiza a mais-valia” (Codo et al, 1993, p. 101). O trabalhador, desse modo, interessa ao capital por sua capacidade de converter trabalho em capital. Fora desse modelo, Atena, considera ter aprendido, com a experiência do desemprego, a aceitar mais os fatos da vida. É a transformação de si pela vivência de perda do emprego que não dependeu dela “e **não adiantava lutar por isso.**” Essa “aceitação” dos fatos vincula-se ao chamado *estilo atribucional* ou *estilo explicativo*, tratado por Rodrigues (1992). Um dos estilos adotados pelos sujeitos, na perspectiva da *Teoria da Atribuição Social*, é o fenômeno de *desamparo* ou *impotência aprendida*. Esse conceito refere-se à resignação frente a uma adversidade, comum em pessoas deprimidas. A resistência às conseqüências psicológicas do fenômeno da impotência aprendida depende do estilo explicativo para as adversidades — otimista ou pessimista. Pessoas com estilo explicativo pessimista reagem responsabilizando-se por sua incapacidade de controlar a situação, julgando que ela vai se generalizar para outras situações. Enquanto isso, pessoas com estilo atribucional otimista “*questionam sua responsabilidade na situação, procuram vê-la como temporária e não admitem que ela se generalizará a outras situações*” (op. cit. p. 28). Esses estilos são aprendidos no processo de socialização do sujeito, podendo serem alterados através de tratamento.

Outra aprendizagem efetivada pela entrevistada diz respeito a administrar melhor os recursos financeiros menores:

**“aprendi que a gente não precisa ir longe para poder se divertir, para aprender e conhecer gente nova” (Atena).**

Como no estudo de Hatzenberger (1995), os sujeitos aqui não se encontram totalmente sem rendimentos. De igual modo, há um redimensionamento do valor do dinheiro, havendo maior seletividade no uso dos recursos. Por outro lado, o empobrecimento gradativo, com inter-relações do grupo familiar, marcado pela instabilidade, deterioração e raiva, apontados por Silva (1986), não se evidenciam na presente pesquisa.

Do mesmo modo, Rick consegue **“viver com muito pouco sem se desesperar”**; tem adiado a concretização de seu **“sonho da casa própria”**, sem prejuízos aparentes para a saúde mental.

Atena valoriza o tempo que tem disponível para sair, ver televisão, ir ao cinema, conviver com amigas, aliando essas atividades às de estudo e compromissos que o trabalho voluntário lhe impõe, o que também é motivo de satisfação pelo desafio e pelo preparo que exige: continua estudando e aprendendo coisas novas. Relata que ainda **“não resolveu”** internamente a experiência da demissão, visto que, por vergonha, não contou o ocorrido às pessoas menos íntimas, e não consegue passar na frente da escola, evitando encontrar com professores que podem ter idéias errôneas e negativas acerca dos motivos de seu desligamento. É o que Silva (1986) refere quanto à perda dos **“pontos externos de referência”** que parecem ter destruído, também, a segurança e a proteção proporcionadas pelo trabalho, com repercussões na auto-imagem.

As perspectivas dos sujeitos no desemprego, neste estudo, podem ser de várias ordens: desenvolvimento de atividades voluntárias, em tempo parcial; atividades sociais e de lazer; atividades profissionais sem vínculo empregatício formal; cuidados com a saúde; reflexões sobre as metas profissionais pessoais. Desse modo, não é possível uma visão reducionista dessa experiência, como se comportasse *apenas* sofrimento, adoecimento e ausência de expectativas de futuro. Esse enfoque, apresentado por Silva (1986) ao abordar a “psicopatologia do desemprego”, não é, aqui, confirmado. No caso dos entrevistados Rick e Atena, há possibilidades criativas de superação da perspectiva de desânimo sem conseqüente adoecimento e impossibilidade de conduzir a própria vida (Silva, op. cit).

Neste estudo, as aprendizagens realizadas a partir da experiência de perda do emprego por demissão involuntária, ocorrem através da mediação com outras atividades. Embora o trabalho continue a exercer seu papel de mediador na construção do sujeito, não é possível desprezar a importância do momento de desemprego como oportunidade de reflexão do trabalhador a respeito de si - ele revê o direcionamento dado a sua vida, seus desejos e aspirações futuras - com implicações nos diferentes âmbitos da vida. É nessa medida que, creio, é possível estender o princípio educativo gramsciano do trabalho (Gramsci, 1978) à situação de desemprego. A experiência de desemprego, com privação do sujeito de continuar desempenhando suas funções profissionais, pode conter, em si mesma, possibilidades de novas aprendizagens que conduzam à manutenção da saúde mental, resguardem o sentimento de pertencer ao grupo familiar, desempenhando papéis sociais, inserido na comunidade. Essa perspectiva é consonante com a visão

gramsciana (Gramsci, op.cit.) que analisa a realidade enquanto totalidade, explicitando suas contradições e reconhecendo que ela é constituída por mediações, processos e estruturas. Tal realidade é analisada, então, partindo-se de uma multiplicidade de significados, pois as relações constitutivas do ser social envolvem antagonismos e contradições que devem ser apreendidos, considerando-se a historicidade do social. Trata-se da perspectiva de totalidade e historicidade, na qual se funda o pensamento dialético (Simionato, 1998). O conhecimento, sob essa ótica, é *totalizante* e a atividade humana é um processo de *totalização* que não atinge uma etapa definitiva e acabada. Considerando que qualquer objeto percebido ou criado é parte de um todo, é necessária uma visão de conjunto em cada ação empreendida pelo sujeito. Tal visão é sempre provisória e não pretende esgotar a realidade em uma síntese única, pois a totalidade do real é mais do que a soma das partes - os elementos individuais se articulam para constituírem uma totalidade, assumindo características que não teriam fora do conjunto. Assim, a dialética justifica-se através da necessidade de reconhecer-se a constante emergência do *novo* na realidade humana pela superação de estruturas condicionadoras de acomodação face à situação de desemprego (Konder, 1985). Desse modo, conhecer o sujeito significa captar o movimento incessante do seu fazer-se e compreender a história como dimensão mais radical da vida do homem (Oliveira, 1996). O desemprego, assim como o trabalho, é tratado, nesta pesquisa, como processo constituinte da identidade que envolve uma dialética à medida em que é possibilidade de aprendizagem, de reconstrução e de continuado crescimento pessoal.

#### **4 SINTETIZANDO: (DES)ARTICULAÇÕES NO TRABALHO E DESEMPREGO - MEDIAÇÕES E PROCESSO SÓCIO-EDUCATIVOS**

Este estudo, ao pretender avançar no conhecimento a respeito do fenômeno do desemprego, cujo material empírico é constituído por relatos de dois trabalhadores desempregados involuntariamente, revelou diferentes implicações do fato para os sujeitos em questão. Tais implicações dizem respeito a particulares formas de ver e analisar a realidade que os circunda. São abordagens que revelam especificidades de cada um dos sujeitos mas também aspectos comuns, gerais. O entendimento do que é explicitado nos relatos dos dois sujeitos pressupõe, entre outras considerações, que existe uma articulação entre o modo de analisar e viver o próprio desemprego e a relação anteriormente estabelecida com o trabalho. Todavia, como adverte Dejours (1992), não há nada mais heterogêneo e diversificado que as relações que os homens formam com seu trabalho. Desse modo, apenas uma análise global ou genérica correria o risco de ser incompleta ou errônea.

O vocábulo trabalho abarca diferentes significados, por vezes contraditórios entre si, mas não pode deixar de ser considerado fundamental fator de mediação entre o sujeito e seu meio social (Albornoz, 1986). A significação do trabalho ocorre muito mais por aproximações que por uma conceituação definitiva, acabada, válida em qualquer circunstância (Heller, 1989). Desse modo, nesta pesquisa, o conceito de trabalho apareceu vinculado, pelos sujeitos, ao modo capitalista de produção vigente na sociedade em que vivem. Porém, igualmente, é tomado por eles como fator mediador, possibilidade de construção de si e fator constitutivo de identidade pessoal e social. Além disso, a atividade laboral é considerada uma elaboração de saberes válidos para a praxis social, não havendo como desvincular trabalho e saber. A afirmação dessa apropriação de conhecimentos é o fundamento do *princípio educativo do trabalho* explicitado por Gramsci (1978). Articulam-se, então, trabalho, identidade e educação numa perspectiva antropológica de trabalho e de educação enquanto via de identificação do sujeito com os demais, num *exercício social* de afetar e ser afetado pelo outro (Codo et al, 1993).

A relação de reciprocidade entre o meio social e o sujeito constitui um processo educativo. Trata-se da educação tomada em sentido amplo, existente onde houver *redes de transferência de saber*. Sendo a sociedade uma realidade, ao mesmo tempo, objetiva e subjetiva, necessita ser entendida como processo dialético em curso e estar em sociedade significa participar desse processo dialético. Cada membro individual da sociedade simultaneamente exterioriza seu próprio ser no mundo e interioriza o mundo social como realidade objetiva (Berger, Luckmann, 1976). O sujeito, em sociedade, realiza mediações e aprendizagens válidas para

aquele meio. O homem, ao mesmo tempo em que *se produz e reproduz* mediante a atividade laboral (Frigotto, 1998), se constrói *também* nas mediações que estabelece a partir do desemprego. Este fenômeno, presente na atual sociedade capitalista, é estrutural mas recebe diferentes tratamentos por correntes diversas da economia, da sociologia e da psicologia. As diferentes abordagens elucidam diversas ideologias a respeito do fato.

Neste estudo interessou-me tratar especificamente do desemprego de dois sujeitos, a partir de seus relatos, enfocando as articulações presentes em sua peculiar forma de *movimentar-se* nesta situação. Estas, dizem respeito a todas as implicações nas diferentes esferas da vida, às aprendizagens efetuadas e às perspectivas de superação evidenciadas.

Para a compreensão das implicações do desemprego na vida dos sujeitos é necessário retomar a conceituação de trabalho no modo capitalista de produção. De forma geral, o senso comum refere os aspectos penosos da perda do emprego, numa visão linear e unilateral do fato. Neste estudo, uma das principais constatações é a de que a demissão involuntária suscitou sentimentos ambivalentes em relação a este acontecimento. Ao não encontrar somente aspectos de sofrimento e sentimento de perda com conseqüências negativas para a vida e para a auto-estima dos sujeitos foi necessário resgatar a compreensão do significado do trabalho na vida do homem. A concepção antropológica de trabalho como fator mediador e inerente à natureza humana é subvertida pelas alienações a que está submetido o trabalhador no atual modo de produção capitalista. O trabalhador encontra-se alienado do produto, do

consumidor, do que foi por ele produzido e da ação produtiva em si. Há uma desapropriação do seu saber, de seus valores e do que ele é, comprometendo a dimensão consciente da produção humana (Codo et al, 1993). Somente tomando esta dimensão do trabalho, de forma plurifacetada, enquanto possibilidade e realidade, é possível compreender que a perda do emprego possa vir acompanhada de profunda ambivalência para o trabalhador. Os sentimentos de perda referem-se primordialmente aos aspectos prazerosos do trabalho como meio de interação social, de constituição de uma identidade valorizada pela sociedade – a identidade de trabalhador – e como forma de obter meios de satisfazer-se, tanto nos aspectos materiais e concretos, quanto nos aspectos subjetivos que dizem respeito aos sonhos e aspirações. O trabalho é instrumento de inserção em grupos sociais porque através dele passamos a *significar* para o outro – somos reconhecidos pelo que nos diferencia e pelo que nos assemelha aos demais (Codo, op. cit.).

O trabalhador que perde o emprego é impedido de continuar realizando mediações sociais através das quais vinha construindo sua identidade e efetuando contínuas aprendizagens. Esta face confere sofrimento àquele que perdeu o emprego e reflete-se em transformações na própria identidade, aqui tomada como um complexo processo de construção permanente. A transformação individual ocorre enquanto transformação social numa intrincada rede de representações que se formam a partir dos múltiplos papéis sociais. Desse modo, as implicações do desemprego não estão desvinculadas das implicações de todos os fatos da vida. A forma de ver e sentir o próprio desemprego está ligada à maneira de relacionar-se com o trabalho, enquanto fato concreto, na vida do trabalhador. As novas

aprendizagens realizadas como a busca de ocupações, voluntárias ou remuneradas, e os novos arranjos do tempo, dividido entre atividades em âmbitos diversos como o assistencial, familiar ou de lazer são produto de diferentes mediações sociais que continuam a ocorrer na nova situação – a ausência de vínculo empregatício.

O entendimento da face positiva do desemprego, como possibilidade de romper com a situação de alienação - exploração - desumanização do trabalho, se efetiva no pressuposto de que o trabalho é uma necessidade ontológica do homem que foi subvertida no modo capitalista de organização produtiva. Assim é viável entender que ser demitido venha acompanhado de sentimentos de alívio. Falo aqui de *alívio de uma dor* referente aos aspectos de sofrimento que a atividade desempenhada inclui pois a inserção na situação profissional parece impedir a realização de outras ações de trabalho, igualmente importantes para o sujeito, como o atendimento de desejos e de necessidades não satisfeitas no emprego.

No caso deste estudo, o acompanhamento à família, especialmente aos filhos, o desempenho de atividades assistenciais, o *tempo para cuidar de si mesmo* são algumas das necessidades desatendidas pelo envolvimento com o trabalho-emprego. Os demais trabalhos deixam de ser feitos para atender, durante grande parte do tempo disponível do dia, às exigências profissionais que consomem todos os momentos e toda a energia do sujeito.

Considerando esses fatos, é possível compreender que as rupturas da atividade profissional, por desemprego e até por aposentadoria, como refere Dejours (1992), são uma verdadeira *libertação*. Esse autor afirma ser esta uma liberação do

funcionamento mental e, logo, um alívio. Em relatos exemplares de trabalhadores em situação de desemprego, há experiências de reais reencontros com seu corpo e sua vida mental, podendo haver, inclusive, uma atmosfera eufórica nestes casos. Entretanto, ressalta, não é raro, paradoxalmente, que o demitido ou o aposentado vivenciem uma crise psicopatológica. Ao questionar-se sobre como é possível uma libertação inverter seus efeitos, constata que invocar as conseqüências materiais é argumento insuficiente, embora seja importante. O que também corrobora esta afirmação é a ocorrência da crise psicopatológica em casos nos quais a renda do demitido não é vital para sua manutenção ou em casos de aposentadoria.

Além do exposto, o discurso dos trabalhadores dos quais fala Dejours (op. cit.) não se refere, como também os relatos da presente pesquisa, diretamente ao tema do salário. Retomando uma das questões de pesquisa iniciais acerca das diferenças significativas nas formas de enfrentamento da situação de desemprego, no que diz respeito à exclusiva dependência da renda do trabalho para a manutenção do sujeito, neste estudo tais aspectos não são explicitados dessa forma. As diferenças nos modos de lidar com a circunstância de estar desempregado são relativas muito mais a aspectos particulares, da identidade dos sujeitos e, menos, às perdas no nível de renda em relação ao obtido na situação de emprego. Diferente dos achados deste estudo, quando ocorre crise psicopatológica predomina uma sensação de inutilidade, de absurdo e de falta de sentido para si. Segundo Dejours (op. cit.), o trabalhador *liberto* constata, com assombro, que não sabe o que fazer com essa liberdade, que se encontra frente ao que temia: não ser ele mesmo, já que perdeu no trabalho sua energia, sua iniciativa e seus desejos. A reação

psicopatológica se instala na forma de isolamento e reações de irritação diante do confronto com relações afetivas e familiares para as quais o sujeito encontra-se despreparado, o que funciona como um *modo de proteção*.

Na presente pesquisa não são evidenciadas reações psicopatológicas como as descritas por Dejours (1992) e, ainda, por Silva (1986). O que se revelou, entretanto, é o sofrimento pela perda do emprego como a outra face da ambivalência, num contexto amplo de desemprego estrutural, com a vigência de relações de propriedade privada (Frigotto 1998). No plano ético-político, hoje, há uma afirmação do ideário neoliberal, pois o colapso do socialismo real é utilizado para confirmar teses conservadoras. Com o objetivo de legitimar a exclusão, reafirma-se a ética utilitarista e individualista do liberalismo. A exclusão e a desigualdade passam a ser tratadas como elementos necessários à competitividade. Ao mesmo tempo, há uma consciência alienada de que os vencedores ou excluídos ocupam suas posições decorrentes de esforço e competência próprios, como se os derrotados ou miseráveis pagassem o preço da própria incompetência ou de suas escolhas equivocadas. Desse modo, o liberalismo não assume seu fracasso na resolução do grande problema da miséria ampliada pelo capitalismo (Nosela, 1998).

Essa ideologia permeia as falas dos trabalhadores entrevistados na presente pesquisa, que procuram justificativas em si para as demissões ocorridas. Os motivos externos, que se referem às políticas dos locais de trabalho de onde saíram, são explicitados tanto quanto as condutas pessoais e profissionais dos entrevistados. O sofrimento pela perda do emprego faz parte do sentimento ambivalente que os

sujeitos evidenciam. Há, também, nesta conduta de buscar em si mesmo o motivo para a perda do emprego, uma tentativa de romper com a alienação da situação de desemprego, que segue à alienação presente no trabalho. O trabalhador desempregado vive a alienação de não ter decidido seu futuro e ter ficado *à mercê* do empregador. Este fato pode estar, aparentemente, a serviço de dificuldades pessoais de a entrevistada assumir uma posição consoante com o desejo pessoal como no caso de Atena. A entrevistada refere que se sentiu aliviada quando a diretora tomou uma decisão por ela. Entretanto, quase concomitantemente, ressalta que se sentiu **“muito chateada”** por **“ser posta de lado”**. Pela primeira vez, em uma longa carreira profissional estava **“sendo posta para fora de alguma coisa”**. Nos outros empregos, sempre havia deixado o trabalho por iniciativa própria, em virtude de obter melhores condições em outro local ou por aposentadoria.

Procurar causas pessoais para justificar a perda do emprego é um modo de ter o controle de uma situação *incontrolável* que foi a demissão involuntária. Esta atitude cumpre um duplo papel – de aplacar sentimentos agressivos em relação a quem demitiu através da *culpabilização de si* e de aliviar o sofrimento pela crença de estar *no comando da situação* - pois, se a origem do ocorrido está em si, é possível alguma atitude que evite uma repetição futura do fato, deixando de incorrer nos mesmos *erros*. A agressão é uma resposta psicológica ligada à alienação e à frustração causadas pelo desemprego citada por Silva (1986) e Hatzenberger (1995). Nesses estudos, a raiva é um sentimento que pode estar presente de diversas formas: direcionada a quem produziu a situação de desemprego como o sistema social ou o superior hierárquico; deslocada para outro objeto ou para o próprio desempregado.

Na presente pesquisa, os conteúdos agressivos em relação aos que efetivaram as demissões são verbalizados de modo subjacente. Eles aparecem quando Atena diz ter sentido-se *traída* pela diretora que, em nenhum momento criticou abertamente seu trabalho ou suas condutas profissionais, ao mesmo tempo em que atribui à insegurança daquela, um *incômodo* por seus posicionamentos firmes e, por vezes, divergentes da superiora hierárquica. Rick coloca indícios de sentimentos *hostis*, quando afirma que as *mudanças de direção nos rumos* da empresa eram constantes e fruto de uma administração ultrapassada que incluía tomadas de decisão pouco fundamentadas em um trabalho profissional. Não há, entretanto, deslocamento da agressão para a família ou outros objetos como os destacados por Silva (op. cit.).

As reflexões apresentadas até este momento demonstram duas teses centrais desta pesquisa, estreitamente relacionadas quais sejam: a *ambivalência* em relação ao desemprego e a *culpabilização* de si, comportando uma abordagem integrada, o que se refletirá na construção de uma terceira tese. Igualmente central é a terceira tese assim explicitada: a perda do emprego cria condições para que o trabalhador construa novas formas de ser trabalhador, o que afetará a própria construção identitária.

Creio que a experiência de ter perdido o emprego, encontrando-se em situação diferente daquela em que o trabalhador há anos estava, suscita diversas implicações na vida do sujeito e aprendizagens realizadas pela mediação com a nova realidade. A insegurança pela própria demissão acarreta em si questionamentos a respeito da competência, dos acertos e erros nas condutas

profissionais, do significado do trabalho para o trabalhador e implica mudanças identitárias, com novas aprendizagens. Tomando o processo de construção da identidade como totalidade contraditória, múltipla e mutável, ainda que seja uma (Ciampa, 1987), o fato de ter deixado de ser o trabalhador de determinada instituição ou indústria, provoca mudanças em uma das *facetas* da totalidade do sujeito. Por mais contraditória e mutável que seja a identidade, ela é sempre uma *unidade de contrários*. Dessa forma, qualquer alteração no âmbito profissional, assim como nas demais esferas da vida, confere ao trabalhador um novo *arranjo identitário*, que não significa completo rompimento com o que antes estava estabelecido mas um *acréscimo* à identidade.

Passar pela experiência de desemprego *constrói* um trabalhador modificado – por vezes um trabalhador que aprende a sê-lo sem vínculo empregatício, desenvolvendo um trabalho de mesma ordem que o anterior e, por vezes, torna-se um trabalhador voluntário. Chama a atenção o fato de os sujeitos relatarem que no desemprego conseguem compatibilizar várias atividades com o *cuidado de si*, tendo tempo para esportes, lazer e estar mais próximo da família e dos amigos. O desemprego não é, no contexto dessa pesquisa, um fator desestruturador como aborda o estudo da psicopatologia do desemprego mas um fator de reestruturação do sujeito em novo contexto.

Tomando o fato de que a presente pesquisa propôs uma análise sobre o desemprego de trabalhadores qualificados – com formação universitária – é necessário um questionamento, também, acerca da educação formal. Julgo oportuno

salientar a responsabilidade do ensino formal na preparação de sujeitos para novas realidades de trabalho. Destaco o fato de que a escola foi vista, até a década de setenta, como poderoso dispositivo de integração social. A promessa integradora da escolaridade fundava-se na idéia de educar para um mercado de trabalho em expansão, contribuindo para a integração econômica da sociedade, formando a força de trabalho que se incorporaria a esse mercado, garantindo sua capacidade competitiva. Todavia, houve uma desintegração dessa promessa com o desmoronamento das expectativas de crescimento ilimitado, num quadro econômico de instabilidade, a partir da crise capitalista dos anos setenta (Gentili, 1998). Tal desintegração não pressupõe negar a contribuição da escolaridade para o mundo econômico. Ocorre que a lógica da integração em função de demandas de caráter coletivo – a riqueza social e a competitividade das empresas – foi substituída por uma lógica econômica privada, guiada pelas capacidades e competências adquiridas individualmente um no mercado educacional, a fim de os indivíduos atingirem melhor posição no mercado de trabalho. Trata-se agora de uma nova promessa, de caráter privado – a promessa da empregabilidade. Esta, refere-se à aquisição de conhecimentos que habilitem os indivíduos a lutar pelos poucos empregos existentes, devendo tal competência ser buscada na escola, mas não exclusivamente nela, como parte da reestruturação neoliberal.

Advogo, entretanto, como Cruz (1999) a necessidade de uma educação geral sólida, produzindo a base científica e tecnológica necessária ao trabalhador, aliada aos fatores subjetivos de identificação com o trabalho e seus aspectos motivacionais. O trabalhador de hoje precisa estar preparado para trabalhar sob

formas diferentes do modelo tradicional de trabalho-emprego pois “*o trabalho não implica uma atividade eminentemente técnica, mas as condições do sujeito que trabalha*” (Cruz, op. cit. p. 179). Assim, as reações subjetivas do trabalhador, como a incorporação de novos conhecimentos, seus padrões de relacionamento interpessoal e suas motivações para o trabalho importam tanto quanto a competência técnica. Mais do que isto, creio que o sujeito necessita desenvolver capacidades de estabilizar-se na instabilidade de empregos e ocupações numa realidade de constantes transformações na organização do trabalho, ainda que em essência, no mundo da produção de bens e de serviços, permaneça o mesmo modelo econômico capitalista. Isto sem perder de vista a advertência de Frigotto (1995), de que a valorização da educação básica geral, capaz de formar trabalhadores polivalentes, flexíveis e criativos, subordina-se à lógica do capital que é a da diferenciação, da segmentação e da exclusão.

O ensino formal precisa atentar para os desafios de uma educação básica para a cidadania e de uma formação profissional capaz de dar cada vez melhores condições ao trabalhador numa situação adversa de desemprego estrutural e de recessão econômica, sob pena de este poder vir a perder-se como sujeito da história.

De uma forma ou de outra, os sujeitos estudados nesta pesquisa, souberam (re) construir-se após e a partir da perda de seus empregos, reintegrando suas identidades e formulando – ainda que provisórios – novos *projetos* de vida. Esta constatação permitiu o aflorar de uma quarta tese, também central: o princípio educativo do *não trabalho*, perpassado pela experiência da perda do emprego, como

já demonstrado no terceiro capítulo. Este processo educativo, que ocorreu de modo informal, no caso dos dois sujeitos da pesquisa, é aqui colocado como possibilidade para outros sujeitos que vivenciem situação semelhante, o que não elide, ser igualmente possível a verificação de casos em que sujeitos não consigam auferir a face, contraditória, mas positiva, da situação de desemprego como elemento educativo na reconstituição de identidades e novos projetos de vida.

Certamente, a educação formal tem uma função social ainda mais exigente nos tempos atuais, auxiliando na formação de consciências esclarecidas e de mentes empreendedoras. Mas, este é assunto para uma outra tese...

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. **As relações educação e trabalho na escola do “não-trabalho” – o aluno trabalhador e o professor “não-trabalhador”**. Tese de Doutorado – UFRGS, Porto Alegre: 1989.
- ALBORNOZ, Suzana. **Trabalho**. São Paulo: Brasiliense. 1986.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1985
- AMARAL, Lígia Assumpção. Identidade e cidadania: a questão da diferença. **Psicologia em Estudo**. Maringá, n. 1, v. 2, P. 101-116, 1997.
- ANGERAMI-CAMON, V. (Org). **Crise, trabalho e Saúde mental no Brasil**. São Paulo: Traço, 1986.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses a a centralidade do mundo do trabalho**. 3 ed., São Paulo: Cortez, 1995.
-

- ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. **As novas qualidades requeridas pelo capital**. 20ª Reunião da ANPED, 1998.
- ARRUDA JÚNIOR, Edmundo Lima de, RAMOS, Alexandre. **Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho**. Curitiba: IBEJ, 1998.
- AUED, Bernadete W.(org). **Educação para o (des)emprego**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- AZEVEDO, Beatriz Regina Zado de. Emprego, desemprego e subemprego: uma revisão da literatura crítica. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, n. 6, p. 155-168, 1985.
- BALSALOBRE, R. P. **Identidade e desemprego – um estudo psicossocial da identidade a partir das formas de sociabilidade desenvolvidas pelo Movimento de Solidariedade no Desemprego: o caso do grupo “Amor e União”**. Dissertação de Mestrado – USP, São Paulo, 1990.
- BALTAR, Paulo E. de A. et al. Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil. In: OLIVEIRA, Carlos Eduardo B. de, MATTOSO, Jorge Eduardo L. **Crise e trabalho no Brasil. Modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, 1996.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BEIRÃO, Nirlando. Não há vagas. **Coleção retratos do Brasil**. n. 2, p. 265-69, 1984.

- BERGER, Peter L., LUCMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1976.
- BIANCHI, Ariel E. Reflexiones y propuestas referentes al desempleo de los jóvenes graduados. I.I.E: **Revista del instituto de investigaciones educativas**. Buenos Aires, n. 15: p.35-61, oct., 1989.
- BLANCAFORT, Helena C., VALLS, Amparo T. **Las cosas del decir**. Barcelona: Ariel, 1999.
- BRANDÃO, Carlos Roberto. **Educação**. 18 ed., São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- BRUSCHINI, Maria Cristina A., ROSENBERG, Fúlvia. A mulher e o trabalho. In: \_\_\_\_\_. (org). **Trabalhadoras do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CARDOSO, F. H. et al. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio e interpretação sociológica**. 5 ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- CIAMPA, Antonio. **A história de Severino e a estória de Severina**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- \_\_\_\_\_. Identidade. In: CODO, Wanderley e LANE, Sílvia T. M. (org). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CHAUÍ, Marilena. **Ideologia**. 25 ed., São Paulo: Brasiliense, 1986.

CODO, Wanderley, LANE, Sílvia T. M. (org). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CODO, Wanderley. **Alienação**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

CODO, Wanderley, SAMPAIO, José J. C., HITOMI, Alberto H. **Indivíduo, trabalho e sofrimento: uma abordagem interdisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1993.

CODO, Wanderley, SAMPAIO, José J. C. (org). **Sofrimento psíquico nas organizações**. Petrópolis: Vozes, 1995.

CONNELY, Michael F., CLANDININ, Jean D. Relatos de experiência e investigação narrativa. In: LARROSA, Jorge el al. **Déjame que te cuente: ensaios sobre narrativa y educación**. Barcelona: Laertes, 1995.

CRUZ, Roberto Moraes. Formação profissional e formação humana: os (des)caminhos da relação homem-trabalho na modernidade. In: AUED, Bernadete W. (org). **Educação para o (des)emprego**. Petrópolis: Vozes, 1999.

DAVEL, Eduardo, VASCONCELLOS, João (org). **“Recursos” humanos e subjetividade**. Petrópolis: Vozes, 1996.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**. São Paulo: Cortez-Oboré, 1987.

\_\_\_\_\_. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In: CHANLAT, J. F. (coord) **O indivíduo nas organizações – dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, 1994 a.

- \_\_\_\_\_. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho.** São Paulo: Atlas, 1994 b.
- \_\_\_\_\_. **Trabajo y desgaste mental: una contribución a la psicopatología del trabajo.** 2 ed., Buenos Aires: Hvmánitas, 1992.
- \_\_\_\_\_. **A banalização da injustiça social.** 2 ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- EAGLETON, Terry. **Ideologia.** São Paulo: Boitempo, 1997.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa.** 3 ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FRANCO, Maria Ciavatta. Formação profissional para o trabalho incerto: um estudo comparativo Brasil, México e Itália. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século.** Petrópolis: Vozes, 1998.
- FREITAS, Lenita de Azeredo. **E uma carreira sólida se desmancha no ar: um estudo psicossocial da identidade.** Taubaté: Cabral, 1997.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 1995.
- \_\_\_\_\_. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século.** Petrópolis, Vozes, 1998.

- GENETTE, Gérard. **Discurso da narrativa**. Lisboa: Vega, 1995.
- GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GIANOTTI, J. **Origens da dialética do trabalho**. Porto Alegre: LPM, 1985.
- GIL, J. **Análisis de datos cualitativos. Aplicaciones a la investigación educativa**. Barcelona: PPU, 1994.
- GUARESCHI, Pedrinho A. **Sociologia crítica: alternativas de mudança**. 45 ed., Porto Alegre: Mundo Jovem, 1999.
- GUATARRI, Felix. **As três ecologias**. Campinas: Papyrus, 1990.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HABERMAS, Jürgen. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- HATZENBERGER, Dulce Helena Cabral. **Desemprego para trabalhadores qualificados: significado e relações educativo-deseducativas**. Dissertação de Mestrado – PUCRS, Porto Alegre, 1995.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

- HUBERMAN, Michael. Trabajando con narrativas biográficas. In: MC EWAN, Hunter e EGAN, Kieran. **La narrativa en la enseñanza, el aprendizaje y la investigación**. Buenos Aires: Amorrortu, 1998.
- INFORME PED, Porto Alegre. FEE, mensal, n.7, julho, 2000.
- JACQUES, Maria da Graça C. **Trabalho, educação e identidade**. Tese de Doutorado – PUCRS, Porto Alegre, 1993.
- KONDER, Leandro. **Dialética**. 12 ed., São Paulo: Brasiliense, 1985.
- LIBÂNEO, J. B. **Ideologia e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1995.
- MANACORDA, Mário. **O princípio educativo em Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- MARX, Carl, ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Lisboa: Martins Fontes, s. d.
- MC EWAN, Hunter. EGAN, Kieran. Introducción. In: MC EWAN, Hunter, EGAN, Kieran. **La narrativa en la enseñanza, el aprendizaje y la investigación**. Buenos Aires: Amorrortu, 1998.
- MÉDA, D. **Le travail, une valeur en voie de disparition**. Paris: Aubier, 1995.
- \_\_\_\_\_. Le déclin du travail? **Sciences humaines, hors série**. n. 13, p.16-19, 1996.
- MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 3 ed. Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1992.

MOSQUERA, Juan José Mouriño. **Psicodinâmica do aprender**. 3 ed., Porto Alegre: Sulina, 1984.

NETO, José Meneleu. Desemprego e luta de classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva. In: TEIXEIRA, Francisco J. S., OLIVEIRA, Manfredo A. de. **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. 2 ed.. São Paulo: Cortez, 1998.

NEVES, Tatiana Freitas S. das et al. Desemprego e ideologia: as explicações das causas do desemprego utilizadas por trabalhadores metalúrgicos. **Cadernos de psicologia social do trabalho**. n. 1, p. 1-13. São Paulo, 1998.

NOSELLA, Paolo. O trabalho como princípio educativo em Gramsci. **Educação e realidade**. n. 2, p. 3-20. Porto Alegre, 1989.

\_\_\_\_\_. A escola brasileira no final de século: um balanço. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 1998.

OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da "sociedade do trabalho" Volume I – A crise**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da "sociedade do trabalho" Volume II – Perspectivas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

- OLABUENAGA, José I. R., ISPIZUA, Maria Antonia. **La descodificación de la vida cotidiana: metodos de investigación cualitativa.** Bilbao: Universidad de Deusto, 1989.
- OLIVEIRA, Carlos E. B. de, MATTOSO, Jorge Eduardo L.(org). **Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, 1996.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Tópicos sobre dialética.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- PAGÉS, M. et al. **O poder das organizações.** São Paulo: Atlas, 1990.
- PASTORE, José. Tendências da mobilidade social. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (coord). **Estratégia social e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.
- \_\_\_\_\_. **O desemprego tem cura?** São Paulo: Makron Books, 1998.
- PETITAT, André. **Produção da escola/produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- POIRIER, Jean et al. **Histórias de vida teoria e prática.** Oeiras: Celta, 1995.
- ROCHA, Lys Esther et al. (org). **Isto é trabalho de gente? Vida, doença e trabalho no Brasil.** São Paulo: Vozes, 1994.
- RODRIGUES, Aroldo. **Psicologia social.** Petrópolis: Vozes, 1988.

- \_\_\_\_\_. Estilo atribucional e suas conseqüências. **Psico**. n. 1, p. 23-32. Porto Alegre, 1992.
- SANTAMARINA, C., MARINAS, J. M. Historias de vida y historia oral. In: DELGADO, J.M., GUTIÉRRES, J. **Metodos y tecnicas cualitativas de investigación en ciencias sociales**. Madrid: Síntesis, 1994.
- SANTOS, Boaventura Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 3 ed., São Paulo: Cortez, 1997.
- SILVA, Edith Seligman. Crise econômica, trabalho e saúde mental. In: ANGERAMI-CAMON, V. A. (org). **Crise, trabalho e saúde mental no Brasil**. São Paulo: Traço, 1986.
- SIMIONATTO, Ivete. O social e o político no pensamento de Gramsci. In: AGGIO, Alberto (org). **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.
- \_\_\_\_\_. O grande debate educacional hoje. **Boletim ANPED**. n. 2, p. 7-25, 1995.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- STREY, Marlene Neves et al. **Psicologia social contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1998.

TEIXEIRA, Francisco J. S., OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (org).

**Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho.** 2 ed., São Paulo, Cortez, 1998.

TITTONI, Jaqueline. **Subjetividade e trabalho.** Porto Alegre: Ortiz, 1994.

YIN, Robert. **Case study research design and methods.** Newbury Park: Sage Publications, 1989.